

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCM
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

**OS DISCURSOS DE/SOBRE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA
ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS/CANDIDATAS
PRESIDENCIÁVEIS NAS ELEIÇÕES DE 2022**

Bolsista: Julia Camim

Docente: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Relatório Final, referente ao período de outubro/2022 a setembro/ 2023, apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Edital PIBIC/UFV 2022-2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCM
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

RESUMO

**O DISCURSOS DE/SOBRE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA
ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS/CANDIDATAS
PRESIDENCIÁVEIS NAS ELEIÇÕES DE 2022**

Esta pesquisa busca identificar os imaginários acerca das questões de gênero construídos nos/pelos discursos dos planos de governo de candidatos à presidência nas eleições de 2022, relevantes devido à polarização política do período. Analisamos a mobilização dos ideais de feminilidades que emergem nos documentos e como se localizam as estratégias políticas no espectro direita-esquerda. Fundamentamo-nos nas noções de identidade e diferença (SILVA, 2000) que hierarquizam os grupos sociais criando relações assimétricas de poder e entendemos o gênero como uma construção sociocultural (SCOTT, 1995) que submete as mulheres ao domínio masculino e impõe limites à ocupação feminina de espaços públicos, restringindo-as à esfera privada. Buscamos identificar os vínculos dos programas políticos com a manutenção do sistema patriarcal e nos esforçamos para promover uma discussão acerca da participação feminina na política brasileira e sua importância para fazer emergir o caráter estrutural das desigualdades e as pautas dos grupos minorizados, revisando os privilégios dos grupos dominantes. Como aporte teórico-metodológico, utilizamos a Análise do Discurso de linha francesa (CHARAUDEAU, 2006; 2017), que reconhece a capacidade do discurso de significar e organizar sistemas de pensamento, criando doutrinas, teorias e opiniões que são mobilizados no Discurso Político a fim de atingir o maior número de pessoas possível, a partir da utilização de saberes compartilhados pela sociedade, e garantir adesão do eleitor. A partir da seleção de seis temáticas que comumente relacionaram-se às questões de gênero (Violência, Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação pública), constatamos que as/os candidatas/os de centro ou centro-direita baseiam-se em noções patriarcais de feminilidade, negligenciam algumas temáticas específicas e mantém posição neutra em relação às assimetrias de poder, revelando os valores liberais de universalização dos sujeitos. Enquanto isso, as/os candidatas/os de esquerda reconhecem a interseccionalidade entre gênero, raça e classe e a origem estrutural da subalternidade feminina, corroborando para o fim da opressão sexista e afirmando seu viés ideológico de promoção da igualdade e justiça social.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero no Brasil, conectadas às de classe e de raça, compõem injustiças que prejudicam a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Estudos sobre grupos minoritários revelam que o seu menor acesso às posições de poder e aos bens materiais em uma sociedade estruturada pela dominação masculina dizem respeito a uma posição de subalternidade, em que a diferença é utilizada como justificativa.

De acordo com Biroli e Miguel (2015), a compreensão da relação entre igualdade e diferença é necessária para se ter uma reflexão sobre a política e, por isso, compreendendo a complexidade da sociedade em que estão inseridos os atores sociais, analisamos os planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022 a fim de identificar quais questões de gênero são definidas como relevantes no cenário atual.

A divisão da vida entre pública, de responsabilidade dos homens, e privada, destinada às mulheres, constrói o feminino como inferior, frágil e irracional e o sujeita a diversas formas de violência e constrangimentos que não fazem parte da experiência masculina heteronormativa. No entanto, as desvantagens não se dispõem de maneira uniforme. Quanto maior a incidência da divisão sexual do trabalho na vida das pessoas, mais à margem das decisões políticas elas se encontram.

Mostra-se relevante, então, o estudo acerca de como os candidatos à presidência, entendidos aqui como um recorte das instituições políticas, lidam com as assimetrias e relações de dominação, em um período eleitoral, significativo para a democracia. A conquista do voto pelas mulheres era vista como “o Milênio para as mulheres”, como observa Angela Davis (1983, apud. BIROLI; MIGUEL, 2015), pois significava o reconhecimento, pelo Estado, de que elas poderiam participar das decisões coletivas e possuíam interesses próprios. No entanto, o acesso aos espaços públicos de tomada de decisão fez-se concomitantemente à manutenção da posição subalterna que elas ocupam.

Assim, a incorporação das minorias aos espaços de poder se mostra insuficiente e é necessária a transformação da ordem vigente. Evoca-se aqui a noção de distinção entre estratégias afirmativas e estratégias transformadoras de Nancy Fraser (2003, apud. BIROLI; MIGUEL, 2015). Enquanto as primeiras recorrem à correção dos resultados dos arranjos sociais, incorporando minorias ao sistema político sem perturbar as estruturas em vigência, as segundas são as que buscam gerar transformações estruturais.

Por conseguinte, os sistemas de representação política não podem considerar apenas as individualidades, que relacionam-se aos interesses e as opiniões fundamentadas em

valores, mas devem, segundo Young (2000, apud. BIROLI; MIGUEL, 2015), englobar também as perspectivas dos grupos subalternos, referentes às visões de mundo vinculadas a sua posição social. Assim, a elaboração de um projeto político exige situar-se em relações sociais que propiciem experiências similares às das minorias que serão, por ele, representadas.

Ademais, a constituição de eixos hierárquicos e desiguais dentro dos partidos, visto que os interesses do grupo dominante colocam-se como universais, enquanto pautas que afetam as minorias são tidas como “específicas”, respaldam a realidade desigual que conhecemos e mantêm-se, muitas vezes, invisibilizadas nas abordagens políticas. Por isso analisamos a fabricação dos discursos políticos, baseando-nos nos estudos de Patrick Charaudeau sobre estratégias discursivas, entendendo como fatores para a produção dos planos de governo a identidade do candidato, sua percepção da opinião pública e a posição dos outros sujeitos que atuam no cenário eleitoral. Ainda ressaltamos que os planos de governo se colocam como promessas documentais, capazes de definir uma idealidade social e ao mesmo tempo possível de execução.

O que nos sugerem os Estudos Feministas da Mídia (*Feminist Media Studies*) é que os textos midiáticos são capazes de reproduzir desigualdades articulando-se política e economicamente. Por esse motivo tentamos compreender como os projetos de governo são compostos por atravessamentos de sentido que vão além deste produto comunicacional em si e são capazes de produzir e mobilizar imaginários. Conforme o pensamento de Charaudeau (2017), as representações sociais que constroem a significação sobre os objetos do mundo geram, ainda, saberes de conhecimento e de crença, que se organizam para criar teorias, doutrinas ou opiniões, presentes nos discursos políticos como estratégias para garantir credibilidade e identificação com os eleitores.

Identificar quais são os imaginários sociodiscursivos mobilizados pelos candidatos se mostra relevante devido ao atual contexto de polarização política no país. São eles que guiarão as metas propostas para os próximos quatro anos de mandato, revelando quais ações políticas serão capazes de contribuir para a mudança da realidade desigual vivenciada pelos grupos minoritários. Ao mesmo tempo, será possível identificar quais são as camadas da sociedade que pretende-se atingir e quais estruturas poderão ser modificadas ou mantidas, visto que a emancipação dos grupos dominados exige a revisão dos privilégios dos dominantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para nossa investigação, mostra-se relevante a compreensão acerca das diferenças e identidades, capazes de produzir as desigualdades que emergem ao longo de toda a nossa pesquisa. De acordo com Silva (2000), tanto a diferença quanto a identidade são produzidas simbólica e discursivamente, por meio de processos assimétricos influenciados por relações de poder. Para o autor, a disputa pela definição das identidades envolve ainda uma dimensão material da sociedade.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

Tal poder evidencia-se nas ações do processo de diferenciação, como incluir ou excluir, delimitar espaços e fronteiras, classificar como bom ou ruim (SILVA, 2000). Neste sentido, entendemos essas atribuições como produtoras de uma hierarquia entre os sujeitos, cedendo aos iguais privilégios que não fazem parte da realidade daqueles tidos como diferentes.

Assim, podemos compreender como as identidades, quando atribuídas aos sexos, constroem uma relação de dominados e dominantes que permeia as relações sociais. A partir das noções de Hooks (2018) compreendemos que é o sexismo sistêmico que dá origem às desigualdades de gênero. Para ela, as lutas feministas não devem se resumir à busca de direitos iguais, pois assim o sistema capitalista de supremacia branca e patriarcal, que se baseia em aspectos biológicos, negando o caráter sócio-cultural da construção das diferenças entre os gêneros, ainda seria mantido. O objetivo, então, deve ser o fim do sexismo, da exploração sexista e da opressão, mantida pelos papéis que atribuem ao homem o domínio da esfera pública da vida, enquanto a mulher é a protagonista da esfera privada.

Segundo Biroli (2018), quanto mais a divisão sexual do trabalho e sua relação com posição de classe e com o racismo estrutural incide como problema na vida de uma pessoa, mais distante ela está do sistema político. Para ela, a divisão sexual do trabalho e os imaginários acerca do feminino faz com que os homens tenham mais chances de permanecer ocupando as posições institucionais da política, limitando a expressão política das mulheres, que têm menos possibilidades de decidir sobre as normas que as afetam.

Numa teoria política “politizada”, atenta às disputas e às hierarquias que conformam e limitam a democracia, a divisão sexual do trabalho seria um desafio para a problematização das formas aceitas de autoridade e subordinação, assim como para as explicações sobre os limites à participação política – ainda que se trate dos limites à participação das mulheres, estamos falando de desvantagens que incidem sobre um contingente de pessoas que corresponde a mais da metade da população. (BIROLI, 2018, p. 41)

Por conseguinte, evocamos os conceitos de Saffiotti (1987) de dominação patriarcal e soberania masculina que relacionam-se às violências de natureza ideológica e econômica que permitem aos homens e suas instituições o direito, o poder e a legitimidade de fala e de ocupação de espaços. Além disso, promovem “uma relação de poder e submissão que chega mesmo ao domínio do corpo da mulher” (SILVA JÚNIOR, 2006).

Ainda nos é válido ressaltar que a superioridade masculina se fortalece porque os homens são vistos de maneira desgenerificada, o que “contribui com a legitimação do masculino como norma e com as relações assimétricas de poder, além de claramente limitar a compreensão das dinâmicas de gênero nas organizações” (ECCEL, 2009, apud. DINIZ, 2016, p. 2). Faz-se necessário, então, compreender que os sujeitos são generificados a partir de práticas construídas social e historicamente, sendo elas as masculinidades e feminilidades, que impõem modelos ideais de homens e mulheres.

As características relacionadas às mulheres são de submissão, fragilidade, cuidado e até a maternidade é compreendida como “essência permanente, o que leva à condição na qual ser mãe significa dar sentido à vida” (ALMEIDA, 2000, apud. VIEIRA, 2019, p. 136). Enquanto o masculino é racional, forte e trabalhador. Essas feminilidades e masculinidades tradicionais perpetuam-se em um contexto de dominância masculina e hierarquizam não só o masculino e o feminino um em relação ao outro, mas também de forma intragênero, incorporando diferenças de raça, classe e etnia por exemplo (DINIZ, 2016).

Refletindo sobre esta intersecção, nos apropriamos do pensamento de Lélia Gonzalez, que pontua que a negação do Brasil em relação à influência da cultura afro diaspórica, defendendo uma falsa democracia racial, assumindo que todos somos iguais independentemente da raça, é uma das principais causas que tornam a vida das mulheres negras e/ou pobres mais difícil, seja em termos de violência, financeiro ou representatividade. Segundo ela:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos

que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1984, p. 224).

A partir deste entendimento somos capazes de compreender os grupos minoritários e as estruturas de opressão aos quais estão submetidos. Segundo Silveira e Freitas (2017 apud GODINHO, 2021), as minorias podem ser entendidas como grupos que expressam diferenças em relação ao que é tido como universal e, por isso, têm seus direitos negados. Sodré (2005 apud CARMO, 2016) explica as minorias como representativas de uma voz qualitativa que luta por uma transformação social e, por isso, buscam constantemente o reconhecimento de suas pautas e políticas públicas.

Delineados os grupos que fazem emergir tensionamentos políticos, faz-se necessário compreender em que local estes conflitos se dão. Segundo a ideia de Hannah Arendt, este espaço de aparência e visibilidade é o que configura o espaço público, que, de acordo com ela, constitui a própria realidade. O fato de ser visto e ouvido constrói uma forma de sociabilidade, regida pela pluralidade humana, visto que cada um vê e ouve de maneira diferente, que se refere ao mundo comum. Mundo este que deve ser comunicável, objeto de diálogo, capaz de ser julgado a partir de critérios de relevância, pertinência e importância, tal como define Telles (1990). Tais critérios, que orientam os seres humanos na realidade, se esvaem à medida que o espaço público se perde devido à restrição da existência da pluralidade humana, resultante da instituição dos interesses masculinos e coloniais como universais. Neste sentido, Telles (1990) explica a visão de perigo que Hannah Arendt tem da projeção de critérios, no espaço público, que seriam válidos apenas no espaço privado:

Por se tratar da projeção de critérios de validade que não fazem referência a uma esfera compartilhada de valores e significações, os homens tenderão, para impô-los no mundo, a fazer uso da violência. Isto ocorre quando necessidades, interesses e vivências privadas são pensadas como um absoluto que, tal como o antigo princípio da verdade revelada, aparece como fonte exclusiva e soberana de todo poder, de toda autoridade e de todo saber (TELLES, 1990, p. 6).

Portanto, para garantir a pluralidade do espaço público, é preciso compreendermos a função da representação política e para isso nos baseamos nos conceitos de Young (2006), segundo os quais os sistemas representativos devem expressar aspectos das identidades que compõem o eleitorado e não a individualidade de cada eleitor. Neste sentido:

Cada grupo tem percepções diferentes sobre os demais, e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Se apenas algumas poucas dessas compreensões influenciam as discussões e as decisões, os atores políticos ficam mais propensos a perpetuar a injustiça ou a agir com imprudência (YOUNG, 2006, p. 175).

Para garantir uma democracia igualitária, portanto, deve-se acrescentar a dimensão das perspectivas no que tange à representação política. Neste sentido, a perspectiva está vinculada à posição social e por isso se faz comum às pessoas de um determinado grupo, ao mesmo tempo que confronta visões de mundo diferentes.

As decisões de representantes políticos, por consequência, tendem a ser monopolizadas por aqueles grupos em posição privilegiada pelo sistema liberal. A ruptura do estado de subalternidade dos grupos minoritários depende então da revisão destes privilégios e da redefinição, por meio de projetos políticos, dos problemas e prioridades. Dessa forma, incorporar os grupos marginalizados exige que se rompa “a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios” (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 60).

Percebe-se então que “considerar as diferenças é uma maneira de se reduzir práticas de exclusão ou segregação, visando uma sociedade mais inclusiva que busca dar acesso às oportunidades que efetivem a real participação das pessoas na vida em comunidade” (GODINHO, 2021, p. 26). É pensando nessa participação ativa na vida pública que buscamos analisar discursivamente as propostas dos candidatos à presidência do Brasil em 2022, tendo em vista que o plano de governo tende a abordar as ações estratégicas que serão executadas ao longo do mandato do candidato para atender às demandas sociais¹. A sua elaboração exige o reconhecimento dos reais problemas do país, para que a sua implementação resulte em transformações benéficas para a sociedade e também revela quais serão as prioridades do candidato caso seja eleito. Para Matias e Barros, os planos dos presidencialistas “são o cerne do trabalho que contemplará as principais ações políticas em um país. É um contrato, um acordo, uma responsabilidade assumida pelo candidato junto à população e ao Estado que se pretende governar” (MATIAS, BARROS, 2019, p. 353).

O documento é obrigatório para o registro da candidatura desde 2009 e consta na Lei 9.504/97 que regulamenta as eleições brasileiras. Apesar da obrigatoriedade, não há formato ou tamanho padronizado e nem requisitos específicos. Também não é exigido o uso de propostas concretas e os candidatos não são obrigados a cumprir as promessas ou implementar as ações². No entanto, como o documento apresenta os valores, princípios,

1

<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/guiainicio/prefeito/conteudos-importantes/plano-de-governo-para-4-anos>

2

https://www.politize.com.br/plano-de-governo/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCOiAic6eBhCoARIsANlox852aZGCbLKSkuVDDdIEtI5I2iW9GgzdOWklkcbBEAJ7kSBvy6i9S26YaAuIHEALw_wcB

metas e objetivos dos candidatos e partidos, é recomendado que estes sejam fundamentados em informações verdadeiras, análises e documentos oficiais, a fim de garantir a confiabilidade do plano.

Por isso, para se alcançar a legitimidade e credibilidade que propiciam a ascendência a esta instância, o discurso político recorre a estratégias de persuasão e sedução, estabelecendo como sua principal parceira, a instância cidadã, também produtora de discursos, sejam eles de reivindicação, interpelação ou de sanção (CHARAUDEAU, 2006). Nesse sentido, as atividades discursivas da instância política, demonstram que, neste lugar, os atores têm poder de agir, decidir e de fazer pensar, sendo a ação política, indissociável do discurso político (CHARAUDEAU, 2006).

O discurso político como sistema de pensamento é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas, e uma análise do discurso deve se dedicar a descrevê-los a partir de textos diversos (CHARAUDEAU, 2006, p. 40).

Estes atravessamentos e possibilidades de produção discursiva, exigem que a legitimidade da instância política seja atribuída aos representantes. No caso brasileiro, como vivemos em uma sociedade democrática, a legitimidade se dá por mandato. Para Charaudeau, essa legitimidade significa que:

[...] o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem. É ele que se constitui ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade, instaurando, assim, uma legitimidade fundada no igualitarismo e no direito dos indivíduos de construir um destino coletivo que se opõe a toda soberania autárquica (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

Dessa forma, o sujeito político deve se mostrar crível e provar a pertinência de seu projeto político, a fim de garantir a aderência dos indivíduos com quem compartilha certos valores (CHARAUDEAU, 2006). As estratégias discursivas ganham, desse modo, especial importância quando pensamos no discurso político. O apelo à razão e à emoção, utilizados em diversos meios, busca a adesão do público às promessas de governo e acaba por se basear nos imaginários construídos a partir da apreensão do mundo em que o sujeito político está inserido. Segundo Charaudeau (2006):

O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações. Ao descrever o mecanismo das representações sociais, aventamos em outra hipótese: a realidade nela mesma existe, mas não significa. A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o

consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 204).

Assim, a realidade interpretada por imagens, explica-se pelos saberes de conhecimento, que podem ser comprovados, e de crença, baseados em opiniões, religiões ou julgamentos. Por conseguinte, a materialização destes imaginários que se dá através da produção de discursos por diversos grupos sob configurações variáveis, como textos escritos ou ditados, resulta nos imaginários sociodiscursivos. Deste modo, revelam-se nas práticas sociais e é a partir daí “que se organizam os sistemas de pensamento conforme os princípios de coerência que criam teorias, doutrinas ou opiniões” (CHARAUDEAU, 2017, p. 580).

Do mesmo modo surgem as posições ideológicas que guiam e estruturam os planos dos candidatos, sendo definidas como esquerda e direita, relacionadas à economia e aos valores sociais. De acordo com Downs (1999, apud. Tarouco, 2011), a primeira recorre à intervenção estatal para uma economia planejada, enquanto a segunda deseja uma economia de mercado totalmente livre. Em termos sociais, a esquerda preza pela igualdade, justiça social e redistribuição, enquanto a direita prioriza a liberdade individual. É a partir destes dois vieses que surgem as políticas de dimensão conservadora ou progressista. Nos é válido ainda lembrar que há um espectro em que esquerda e direita são polos, mas há diversas possibilidades de posicionamentos.

Fundamentadas neste arcabouço teórico, é que, então, buscaremos compreender quais imaginários sociodiscursivos são mobilizados pelos candidatos neste ano eleitoral e como, a partir deles, busca-se a captação dos eleitores e a construção de uma imagem de credibilidade.

3. METODOLOGIA

O presente estudo será conduzido a partir de abordagem qualitativa e possui caráter exploratório-descritivo (GIL, 2008), com a finalidade de proporcionar uma visão geral acerca de determinado tema. Em linhas gerais, filiamo-nos a uma abordagem epistemológico-teórico-metodológica qualitativa, cuja validade se legitima a partir da abertura de possibilidades interpretativas dos materiais coletados - e não a partir de critérios estatístico-amostrais.

O objeto de estudo a ser investigado são os planos de governo dos candidatos e candidatas presidenciais no pleito eleitoral de 2022. Tais documentos são configurados

como propostas formais dos candidatos referentes aos seus interesses, preocupações e metas, construídas por atores partidários ou relacionados às campanhas. Para documentos formais, requeridos no momento da inscrição do candidato, os programas de governo são manifestos que conectam a dimensão prática da política institucional (as eleições e os incentivos da competição por votos) e sua dimensão ideológica (quais intenções e apelos fundamentam, do ponto de vista argumentativo, a conexão entre eleitores e candidatos).

Para fins de análise, faremos uso do repertório-teórico-metodológico da análise do discurso (AD) de orientação francesa, que nos sinaliza que “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, perguntar...) que visa modificar uma situação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 25). Dessa forma, compreendemos o discurso como uma atividade, a partir do uso da linguagem, que gera efeitos de sentido a partir do pertencimento a um contexto sócio-histórico e que inclui aspectos materiais e ideológicos. Utilizamos a AD como aporte metodológico, portanto, para identificarmos as problemáticas comunicacionais produzidas não só pela linguagem, mas pelos sujeitos e suas intenções ao produzir um discurso.

Nos baseamos sobretudo nos trabalhos de Patrick Charaudeau (2006, 2017), que vê o discurso como resultado de uma dimensão dupla, a implícita, que diz respeito às circunstâncias de produção e interpretação do ato de linguagem, e a explícita, que refere-se às informações manifestas. Sendo assim, configura-se um jogo que envolve quatro sujeitos, sendo dois deles do mundo externo e dois do circuito interno do ato de linguagem. A produção do discurso se dá pelo sujeito comunicante (EUc), um ser social que ocupa determinada posição em um contexto e projeta o enunciador (EUe) a fim de expor suas intenções. O sujeito que produz a fala também projeta um interlocutor que seria o destinatário ideal (TUd), um ser que existe apenas no circuito da fala e é dominado pelo enunciador, sendo apenas uma representação do sujeito interpretante (TUi), ser social que conduz o processo de interpretação. Assim, tanto o sujeito enunciador e o destinatário existem no e pelo discurso, no circuito interno, independentes das intenções e interpretações dos sujeitos reais.

Desse modo, buscamos compreender como a ordem social é construída por meio da comunicação, a partir do funcionamento do discurso, em uma sociedade, compreendendo os fenômenos sócio-históricos e psicológicos que o envolve (MAINGUENEAU, 2015). Além disso, na Teoria Semiollingüística Chareaudiana o discurso assume ainda um segundo sentido, relacionado aos saberes partilhados pela sociedade, os imaginários sociodiscursivos já citados anteriormente. Nos preocupamos então em utilizá-los para identificar quais são,

nos discursos dos planos de governo, os significados produzidos pelos sujeitos enunciantes.

Ainda cabe ao analista do discurso compreender que a linguagem não é transparente e que os sujeitos estão sendo constituídos e estão passando por processos de significação (ORLANDI, 2015). Os efeitos de sentidos são produzidos nos dizeres a partir de determinadas situações e resultam da forma como se diz; portanto é na materialidade linguística que se encontram os vestígios que, relacionados à exterioridade do discurso, às suas condições de produção e de recepção, devem ser o objeto de investigação do analista do discurso. Cabe ressaltar que os sentidos produzidos envolvem o que foi dito explicitamente, o que não foi dito, o que poderia ter sido dito ou que foi dito em outras localidades.

4. ANÁLISES DOS PLANOS DE GOVERNO DE NOVE PRESIDENCIÁVEIS EM 2022

A leitura dos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2022 nos revelaram, primeiramente, que dos 11 planos registrados, apenas nove poderiam ser utilizados como objeto de pesquisa, visto que dois deles, dos candidatos José Maria Eymael do Democrata Cristão (DC) e Padre Kelmon do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não apresentaram especificidades relacionadas às questões de gênero. Ambos os planos não fazem menções às mulheres e nem propõem ações voltadas a este público, apenas sinalizando nos discursos estratégias abrangentes a “todos”, como por exemplo nos excertos:

- (I) Igualdade de todos perante a lei;
- (II) Respeito aos direitos das minorias. (página 5 do plano de governo do Padre Kelmon (PTB)).
- (III) Igualdade de oportunidade para todos;
- (IV) Acesso universal e real à saúde. (página 9 do plano de governo de Eymael (DC)).

A partir da universalização que o termo “todos” sugere, assim como o excerto IV, pressupomos que as mulheres estão englobadas como público alvo das ações propostas pelos candidatos. Entretanto, o universal é o masculino, tendo sido definido a partir das experiências dos homens, que dominam os espaços de decisões políticas, pautando suas prioridades a partir de suas perspectivas, que, segundo Young (2006) acabam por ser

compreendidas como universais, não como uma visão específica de alguém que ocupa determinada posição.

Em II verifica-se também uma possível presença das mulheres, já que por ocuparem uma posição de subalternidade, podem ser entendidas como componentes dos grupos minoritários. No entanto, não há nenhuma descrição no plano que demonstre quais são os grupos minoritários reconhecidos pelo candidato e seu projeto político. Essa ausência de menções às questões de gênero nos indica um silenciamento, já que a linguagem é utilizada para comunicar, mas também para deixar de comunicar (ORLANDI, 2015).

Tendo em vista os princípios apresentados nos planos, como a defesa da família e uma democracia baseada no Cristianismo, identificamos que a ausência dessas questões como problemáticas específicas sinaliza um desejo de manter fixa, de conservar, uma ordem compreendida como ideal, fundamentada em valores religiosos. Scott nos ajuda a compreender como se dá a funcionalidade desse apagamento a partir da noção de que “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado” (SCOTT, 1995, p. 92) e, por isso, a fim de proteger esse poder político usam-se premissas da ordem do divino. Neste sentido, problematizar questões de gênero ou a oposição binária entre homens e mulheres, tida como fixa pelos sistemas religiosos apresentados nos planos, sugere uma ameaça ao poder que se almeja caso sejam eleitos (SCOTT, 1995).

A análise, então, ficou restrita a nove planos de governo, sendo dos candidatos à presidência e vice-presidência, respectivamente: Ciro Gomes e Ana Paula Matos (PDT), Felipe D’ávila e Tiago Mitraud (Novo), Jair Bolsonaro e Braga Netto (Coligação Pelo Bem do Brasil), Léo Péricles e Samara Martins (UP), Lula e Alckmin (Coligação Brasil da Esperança), Simone Tebet e Mara Gabrilli (Coligação Brasil para Todos), Sofia Manzano e Antonio Alves (PCB), Soraya Thronicke e Marcos Cintra (União Brasil) e Vera Lúcia e Raquel Tremembé (PSTU).

Tendo em vista os circuitos internos e externos do ato de linguagem, consideramos os candidatos como seres sociais, seus partidos e coligações e seus princípios e valores como ocupando a posição de sujeito comunicante (EUc), um sujeito composto que, ao documentar suas propostas e estratégias, produz um sujeito enunciador (EUe) representado pela chapa concorrente em si. O destinatário idealizado (TUd) dos planos de governo são, para cada candidato, um específico, mas pode-se entender como o eleitor ideal daquele projeto político, enquanto o sujeito interpretante (TUi) pode ser qualquer pessoa que acesse o programa, independente de suas vinculações políticas e ideológicas.

A leitura dos planos, relacionada ao circuito externo que nos revela os posicionamentos ideológicos dos candidatos, sinalizou uma gama de temas relativos às questões de gênero, sendo os mais recorrentes a diferença salarial, empreendedorismo feminino, trabalho doméstico, maternidade, saúde integral e materna, violência doméstica e sexual, feminicídio, racismo e representação política. A fim de realizar uma análise qualitativa, separamos os assuntos abordados nos seguintes tópicos: Violência; Trabalho e renda; Trabalho doméstico e maternidade; Saúde; Intersecção gênero e raça; Representação pública.

4.1 VIOLÊNCIA

A violência foi o único tema presente em todos os nove planos analisados, visto que o programa da chapa Felipe D'Ávila e Tiago Mitraud (Novo) apenas faz referência direta às mulheres nesta abordagem:

(V) Investir na proteção social da mulher por meio da qualificação de delegados de polícia para o atendimento de mulheres vítimas de crimes, desenvolvendo padrões nacionais para o atendimento nas delegacias e para investigação de violência contra as mulheres. (página 33, tópico 7 “Defesa das mulheres” da Meta 10 “Brasil respeitável” do plano de Felipe D'Ávila e Tiago Mitraud (Novo)).

Neste excerto não há descrição das violências contra as mulheres, o que nos leva a supor que estão englobadas todas aquelas reconhecidas pela Lei Maria da Penha, já que são estas as tipificadas como crimes. Além disso, a não tematização de outras questões de gênero nos sinaliza também um silenciamento e universalização das propostas. Recorremos, então, mais uma vez à noção de que a lógica do universal é uma lógica masculina que negligencia necessidades e demandas específicas de grupos minorizados.

O plano da candidata Soraya propõe uma estratégia efetiva de proteção às mulheres, crianças e idosos vítimas de violência doméstica e ampliação do número de delegacias da mulher, priorizando os municípios onde a violência doméstica é maior, mas não a relaciona com o machismo e nem cita o agressor. Ambos os planos mobilizam imaginários de que a violência de gênero é pontual, não sistêmica.

Estes mesmos imaginários estão presentes no plano de governo de Jair Bolsonaro, que refere-se à violência contra a mulher como sendo “uma das causas mais urgentes em nosso país”, mas não cita ou critica sua característica estrutural. Ainda propõe a promoção de assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres violentadas, além de

enunciar que o governo “[...] ampliou ações de proteção focalizadas nos grupos mais vulneráveis à violência, como mulheres, crianças e adolescentes e pessoas idosas, além de investir no combate a homicídios e feminicídios, com resultados positivos já observados”, mas não apresenta os dados que comprovam essa afirmação.

O fortalecimento da rede de proteção aparece no plano de Ciro Gomes, que garante ainda a implementação de medidas a fim de prevenir e enfrentar a violência contra a mulher e a proteção contra todos os tipos de violência com atenção especial à segurança das mulheres, da juventude negra e da população LGBTQIA+. Aqui percebemos que os imaginários acerca da violência são de interseccionalidade e também da necessidade de uma mobilização ampla e preventiva. No entanto, a violência não é sinalizada como estrutural, sendo relacionada apenas à mulher ao longo das propostas.

Simone Tebet compromete-se a combater o feminicídio e a violência doméstica com campanhas, conscientização e canais mais seguros de denúncia e punição, além de incentivar a ampliação de patrulhas Maria da Penha para combate à violência sistêmica sofrida pelas mulheres em âmbito doméstico e familiar, o que mobiliza o imaginário de violência sistêmica, que ocorre principalmente no lar e com agressor conhecido pela vítima.

O plano de governo da chapa Lula-Alckmin constrói os imaginários da violência de gênero como sendo interseccional e complexa, além de sinalizar também a estrutura patriarcal que a mantém ao garantir às vítimas atenção, prevenção, investigação e processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+. Também ao prever a proteção integral da dignidade humana das mulheres e o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção à violência para garantir suas vidas e a punição de agressões e feminicídios, assim como a proteção das vítimas e seus filhos e filhas. É citada a promoção de políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+, com a justificativa de que “não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual” .

Sofia Manzano também mobiliza o imaginário de violência interseccional e sistêmica prometendo o combate às opressões (machismo, racismo, LGBTfobia) e a garantia de direitos e condições dignas de vida, com campanhas acessíveis de divulgação sobre os tipos de violência contra crianças e mulheres e sobre onde e como denunciar. Do mesmo modo, o plano de Vera Lúcia afirma ser necessário que “[...] as lutas das mulheres contra a opressão, a violência e a falta de direitos sejam assumidas por todos os trabalhadores”. Ainda garante-se a ampliação da Lei Maria da Penha e delegacias especializadas, centros de referência e casas

de abrigo para as vítimas e filhos e o combate à LGBTfobia, violência doméstica, assédio e feminicídio. Ela mobiliza ainda os imaginários de sexismo e de luta coletiva para enfrentar o sistema capitalista e patriarcal.

Por fim, o candidato da UP, Léo Péricles, garante o combate à exploração sexual e à violência contra as mulheres e a construção de uma rede nacional de proteção, além de formulação de políticas de seguridade social específica à população LGBTQIA+ vítima de violências físicas, psicológica e sexual, revelando o imaginário de interseccionalidade.

4.2 TRABALHO E RENDA

Em relação à geração de renda feminina, a proposta mais comum foi de implantação de programas de microcrédito e fomento ao empreendedorismo feminino. Ela está presente nos planos de Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Simone Tebet, Lula e Soraya Thronicke. No plano desta última, ainda há o reconhecimento do “comportamento empreendedor das mulheres”, o que pode ocultar o fato de que o empreendedorismo é a saída para muitas mulheres que não encontram no mercado de trabalho oportunidades justas, salários iguais ou mesmo não são contratadas pelo fato de serem mães ou estarem em idade fértil. Além disso, o próprio plano traz dados que revelam que as mulheres pagam taxas 3,5% maiores que os homens. A proposta visa a implementação de uma Política de Apoio e Desenvolvimento de Microempreendedores Individuais (MEI), Micro e Pequenas Empresas (MPEs), além de acesso ao crédito orientado (capacitação, tecnologia e financiamento). O plano também prevê o fortalecimento do Pronaf Mulher, que promove financiamento às atividades da mulher agricultora. Identificamos no programa político de Soraya o imaginário de que a mulher tem responsabilidade individual na sua geração de renda, visto que não há propostas de auxílios financeiros e outras medidas para inserção feminina no mercado de trabalho.

Este imaginário também é percebido no plano do candidato Ciro Gomes que promete a criação de programas de crédito para mulheres. Além disso, defende-se o fortalecimento das leis que promovem a inserção das mulheres no mercado de trabalho, acesso a vagas de direção e a garantia de condições de igualdade e salários equivalentes. Percebe-se também a construção do imaginário de participação do governo, mesmo que não haja a promessa de auxílios.

Identifica-se no programa político de Jair Bolsonaro a proposta de avanço na agenda de empregabilidade de jovens e mulheres, “que sofrem com taxas de desemprego mais altas que a média da população”. No entanto, enquadrar as mulheres com os jovens abre margem

para interpretação de que, assim como eles que ainda não têm experiência no mercado de trabalho ou capacitação, elas também não o têm. As causas do desemprego acima da média destes dois grupos são diferentes, mas não são sinalizadas no programa. Além disso, um recurso utilizado frequentemente é a citação de projetos já realizados e programas ativos, como o Brasil para Elas, Qualifica Mulher e Emprega mais Mulher, voltados ao fomento do empreendedorismo feminino, à capacitação profissional e estímulo à empregabilidade. Neste sentido, o plano também recorre ao pagamento do auxílio emergencial de R\$1200,00 para mães chefes de família (o dobro que os demais receberam), durante o período da pandemia de covid-19. Defende-se ainda a igualdade de salários para homens e mulheres que desempenham funções iguais, mas o acesso feminino a cargos de liderança não é mencionado. Deste modo, os imaginários percebidos são de que o desemprego é causado por falta de habilidade ou experiência, da desigualdade salarial como sendo o maior problema a ser solucionado e, mais uma vez, de responsabilidade individual na geração de renda por parte das mulheres.

No plano de Péricles são propostos auxílios à população feminina, como a manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para mães de crianças com deficiência que ficaram fora do mercado de trabalho até sua reinserção e auxílio para as que cuidam exclusivamente dos filhos. Também o estabelecimento do Programa Nacional de Soberania Alimentar da família na Escola, que visa o fornecimento de cestas básicas para famílias com dificuldades financeiras, e o combate às diferenças salariais. Tais propostas indicam a mobilização do imaginário de participação e responsabilização do governo quando se trata da renda feminina.

Simone Tebet, além da ampliação do microcrédito e a inclusão produtiva feminina, propõe a construção de moradias subsidiadas voltadas a famílias de baixa renda e mais vulneráveis, principalmente as lideradas por mulheres, mobilizando o imaginário de proteção social, por meio da participação do governo.

Este também é percebido no plano do candidato Lula, que prevê nova legislação trabalhista de extensa proteção social a diversos profissionais, citando as trabalhadoras domésticas, o que também mobiliza o imaginário de diferença de classe, não apenas gênero. Ainda é garantida a valorização do salário mínimo, visando a recuperação do poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras, beneficiários e beneficiárias, a reconstrução da seguridade e previdência social e salários iguais.

Dentre as promessas de Sofia Manzano estão a melhora da qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores e a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem

redução do salário com reajuste automático, sinalizando o imaginário de necessidade de intervenção estatal. Já as de Vera Lúcia são a defesa de emprego, direitos e renda, com igualdade de oportunidades.

4.3 TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE

O tema trabalho foi subdividido para melhor analisarmos como entende-se a condição da mulher na sociedade. O cuidado com os filhos, relacionado à maternidade, é visto como parte do trabalho doméstico, vinculado às mulheres que precisam ser emancipadas dessa função, compreendida como um empecilho para o desempenho em suas atividades profissionais.

Essa relação é percebida nos planos de Ciro Gomes e Soraya Thronicke, que propõe unicamente o aumento do número de creches e seu funcionamento adequado para que a mulher tenha liberdade para exercer as atividades profissionais. Ambos os planos constroem os imaginários da maternidade como obstáculo, do cuidado naturalmente feminino e da sobrecarga pelo acúmulo de tarefas.

Neste mesmo sentido, o plano de Jair Bolsonaro prevê a implementação de políticas públicas que promovam a “[...] possibilidade de equilibrar, até mesmo por meio do trabalho híbrido ou home office, a difícil tarefa de cuidar dos filhos e prover sustento”, o que é contraditório visto que uma das propostas é amparar a maternidade integral. Também é defendida a corresponsabilidade no lar, mas em momento algum propõe-se a licença paternidade que possibilitaria a divisão entre os pais do cuidado com os filhos. Por mais que seja dito que as mulheres, que chefiam pelo menos 50% das famílias, devem receber atenção especial, percebemos que a preocupação é voltada para a manutenção do status de família brasileira que consegue se manter apesar da sobrecarga, da falta de auxílios e da presença da figura paterna, porque “o governo Bolsonaro entende a família como célula ou base da sociedade”. Assim, além dos imaginários já identificados anteriormente, também percebemos neste plano a construção da família como responsabilidade feminina.

Este também está presente na proposta de Simone Tebet, que promete garantir às mulheres o direito ao planejamento familiar, indicando participação do governo e preocupação com a formação da família de forma segura. Todavia, garantir a elas este direito sinaliza que, por conta de um atributo biológico, a capacidade reprodutiva, a mulher é responsabilizada pela família, além de excluir outras pessoas que podem engravidar.

Enquanto isso, o plano de governo do candidato Lula não apresenta propostas específicas relacionadas à maternidade. No entanto, observamos que há a promessa de investimento na educação de qualidade e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação. Aqui não se vincula as creches às mães, podendo nos indicar que o enunciador considera que a educação e o cuidado das crianças não está unicamente relacionada às mulheres, é um assunto que deve ser tratado à parte porque pressupõe-se uma corresponsabilidade, tanto de toda a família quanto do Estado. Ao mesmo tempo, essa falta de relação entre as temáticas pode negligenciar o fato de que as mulheres sofrem com a jornada dupla de trabalho mais do que os homens, sendo responsabilizadas pelo cuidado com os filhos e a casa, o que pode atrapalhar o desempenho profissional feminino. O imaginário sociodiscursivo acerca da maternidade que podemos identificar de forma implícita é, portanto, o de corresponsabilidade, tanto da família quanto do Estado.

Já nas propostas de Sofia Manzano identificamos o mesmo imaginário, mas de maneira explícita. Elas incluem a ampliação da licença paternidade e da licença maternidade para no mínimo 12 meses “para que haja o devido compartilhamento do cuidado à criança” e a efetivação de políticas públicas que emancipem a mulher dos trabalhos domésticos, sinalizando a construção de creches, refeitórios e lavanderias públicas. Neste plano, ainda constrói-se o imaginário da maternidade e das tarefas domésticas como trabalho.

Similarmente, a construção de lavanderias coletivas e restaurantes comunitários aparecem nos planos dos candidatos Vera Lúcia e Léo Pércles. A primeira defende ainda o fim da dupla jornada de trabalho, a socialização do trabalho doméstico e a estabilidade no emprego com cobertura integral durante o período de licença maternidade e paternidade. Já o segundo garante direitos às mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico, compreendendo-o como uma tarefa da sociedade, a criação de ampla rede de creches e a promoção do debate sobre a política de planejamento familiar.

4.4 SAÚDE

Em relação à saúde, o plano de Ciro Gomes cita o estabelecimento de programas informativos de prevenção à gravidez. No mesmo sentido, Jair Bolsonaro garante políticas que visam a prevenção do risco sexual precoce e a gravidez na adolescência. Ambos constroem o imaginário de que a saúde da mulher relaciona-se apenas à sua capacidade reprodutiva. O plano da candidata Soraya Thronicke não inclui propostas específicas à saúde da mulher.

Enquanto isso, Simone Tebet cita o fortalecimento da rede de cuidados para gestantes e puérperas, a fim de reduzir a mortalidade infantil, além de reforçar políticas públicas em saúde para grupos prioritários, como saúde materno-infantil e saúde da mulher, mobilizando não apenas a fertilidade como os candidatos anteriores, mas também o imaginário de que a saúde feminina deve ser tratada a parte. Entretanto, não foi desenvolvida nenhuma proposta neste aspecto.

Lula garante a implantação de políticas de saúde integral para garantir a todas as mulheres o acesso à prevenção de doenças e atendimento segundo as particularidades de cada fase de suas vidas. Podemos apreender o imaginário de uma saúde inclusiva e integral, que pode se referir à saúde mental, psicológica e física, além de inserir mulheres com diferentes marcadores ao utilizar o termo “todas” e não abranger apenas a capacidade reprodutiva.

Os planos de Sofia Manzano, Léo Péricles e Vera Lúcia defendem a legalização do aborto “na ótica da saúde pública, primando pela vida das mulheres” (Plano de Léo Péricles (UP)), com garantia de atendimento na rede pública de saúde. O plano de Vera ainda cita os métodos contraceptivos e a assistência pré-natal de qualidade. Estes mobilizam um imaginário de liberdade de escolha e de direito à vida das mulheres, visto que muitas morrem ao realizar abortos inseguros³.

4.5 INTERSECÇÃO GÊNERO E RAÇA

Buscando compreender os imaginários mobilizados acerca da raça nos planos de governo, analisamos como aparece a intersecção entre este marcador e o gênero. Primeiramente, identificamos que nos programas de Jair Bolsonaro e Soraya Thronicke não há citação ao racismo ou propostas específicas destinadas às mulheres negras, contrariando a afirmação presente no plano de Bolsonaro de que “nenhuma mulher fica para trás”.

Enquanto isso, Simone Tebet garante o combate ao racismo estrutural e a manutenção da política de cotas e ações afirmativas a fim de promover maior igualdade racial, social e de gênero. Sofia Manzano apresenta a questão da mesma maneira, defendendo o fim do racismo e do machismo, com direitos garantidos aos grupos afetados e a manutenção das cotas raciais. As candidatas utilizam o imaginário da interseccionalidade para construir suas propostas.

3

http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html

Já Léo Péricles propõe a reparação da população negra e inclui no mesmo tópico o fim do racismo e da discriminação das mulheres. O candidato ainda cita como prioridade o processo de dar poder aos assalariados, desempregados, camponeses, indígenas, quilombolas, pequenos comerciantes, autônomos, mulheres, negros, LGBTQs e os demais explorados do país, sustentando o imaginário de que as desigualdades estão interligadas.

Enquanto isso, o plano de Ciro Gomes aponta como meta “reduzir a pobreza e as desigualdades sociais - de renda, gênero e raça”, além da implementação de uma política de prevenção aos crimes que deve atender especialmente mulheres, juventude negra, população LGBTQIA+ e enfrentar a discriminação e o racismo estrutural. O imaginário de desigualdades interligadas se repete, mas há também o do caráter estrutural do racismo.

Por mais que nos quatro casos anteriores a raça e o gênero tenham sido citados nos mesmos tópicos, não é evidente a existência de propostas específicas para atender às demandas de mulheres negras. Por outro lado, o plano de governo da candidata do PSTU, Vera Lúcia, cita dados a fim de demonstrar que as mulheres negras são a maioria das vítimas da violência, das mortes maternas, do desemprego e da pobreza, recebendo em média cerca de 40% do salário dos homens brancos, fortalecendo o imaginário da interseccionalidade. Como proposta, no entanto, há apenas a defesa da igualdade salarial entre negros e brancos.

Finalmente, o programa político da chapa Lula-Alckmin afirma que “devemos enfrentar a realidade que faz a pobreza ter o ‘rosto das mulheres’, principalmente ‘das negras’, lhes assegurando a autonomia” (página 8, tópico 37). Neste caso, percebe-se a intersecção não só entre gênero e raça, mas também classe. As propostas deste tópico são a promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, além da construção de políticas que combatam a violência policial contra as mulheres negras.

4.6 REPRESENTAÇÃO PÚBLICA

Por fim, analisamos a presença de propostas relacionadas à representação pública e participação política das mulheres nos planos dos presidentiáveis. Lula, reconhecendo o “déficit democrático” a partir da discrepância da representação feminina e negra nas instituições, se compromete com a promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo, construindo o imaginário de necessidade de ocupação do espaço público.

Já Ciro Gomes e Simone Tebet mobilizam o imaginário apenas da representação política, prevendo um governo mais igualitário. Ele propõe a equiparação quantitativa na

ocupação de cargos de direção na administração pública federal, enquanto ela promete a nomeação de um ministério paritário entre homens e mulheres.

A proposta da candidata Sofia Manzano é a “convocação de Assembleia Constituinte de Novo Tipo, com uma representação que corresponda à maioria social do país e às organizações de massas dos trabalhadores, revertendo de uma vez por todas o sistema que transforma as maiorias sociais em minorias na representação política”. De forma semelhante, Léo Péricles propõe a convocação de Constituinte Popular para que os grupos minoritários, citando as mulheres, controlem a riqueza social do país. Ambos mobilizam apenas o imaginário de representação política quando trata-se de mulheres no espaço público.

A participação feminina em esferas públicas da vida não foi citada nos planos de Jair Bolsonaro, Soraya Thronicke e Vera Lúcia.

5. CONCLUSÕES

A partir das análises realizadas e resultados obtidos, identificamos que alguns programas políticos não tematizam as causas das desigualdades de gênero propiciadas pelas relações desiguais de poder e mantenedoras da identidade masculina como superior à feminina. No caso da violência, quando se produz o imaginário de situação pontual, a estrutura patriarcal, que permite ao homem o uso da agressividade e da submissão feminina à força, é ocultada, e quando a violência está relacionada apenas às vítimas, exclui-se a necessidade de políticas que transformem a realidade. Ao mesmo tempo, percebemos em outros planos a presença de imaginários contrários. O reconhecimento do caráter interseccional e sistêmico da violência, bem como sua origem na estrutura patriarcal, faz emergir a necessidade de ampla mobilização para seu combate.

Em relação à temática do trabalho, notamos que a geração de renda muitas vezes é entendida como uma responsabilidade individual da mulher, que tem como meio o empreendedorismo. A diferença salarial, por sua vez, é vista como a causa da desigualdade de renda entre homens e mulheres, ignorando-se o fato de que o mercado de trabalho, por estar inserido na lógica capitalista, busca manter o machismo, concedendo benefícios ideológicos e econômicos aos homens (SAFFIOTTI, 1987, apud. CAMIM, PROCÓPIO, 2021, p. 15), o que dificulta a inserção das mulheres em condições de igualdade nas atividades produtivas. Contudo, revelam-se também imaginários que sinalizam a necessidade de proteção social e responsabilização do governo, a partir de auxílios e garantias às mulheres

de inserção no mercado de trabalho e acesso a cargos de liderança, rompendo com os conceitos que atribuem a razão e o trabalho à masculinidade.

Por outro lado, a responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos e com a família, produz imaginários que reforçam aspectos da feminilidade ideal, naturalizando sua relação com a esfera privada da vida. Em relação à maternidade, o principal imaginário sociodiscursivo produzido é de que esta é um obstáculo na vida profissional da mulher, mas não do homem, o que reforça a atribuição da esfera pública da vida a ele. Todavia, em alguns planos de governo, a maternidade é vista como componente do trabalho doméstico e não apenas como uma tarefa feminina e por isso mobiliza-se o imaginário de corresponsabilidade tanto da família quanto do Estado.

A mulher ainda é vista necessariamente como mãe quando o assunto abordado é a saúde. Dentre os nove planos analisados, apenas dois citam a saúde da mulher e, dentre estes, apenas um propõe políticas para todas as fases de sua vida, de maneira integral. Os demais referem-se às mulheres no que diz respeito à sua capacidade reprodutiva, seja para propor medidas de prevenção à gravidez ou defender a legalização do aborto como questão de saúde pública.

A intersecção entre gênero e raça, apesar de intensificar as desigualdades, é silenciada em três dos nove programas políticos analisados, evidenciando a falsa noção de democracia racial, que Lélia Gonzalez explica como sendo o mito de que, no Brasil, somos todos iguais. No entanto, “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZALEZ, 1984, p. 228). Em alguns planos reconhece-se, então, o caráter estrutural do racismo e como as desigualdades de gênero e raça estão interligadas, somando-se umas às outras. O imaginário de interseccionalidade, resultante da atribuição de mais de um marcador de diferença, é mobilizado em propostas específicas para mulheres negras, recorrentes nos tópicos relacionados à violência e à desigualdade de renda.

Em relação à representação pública, o que notamos é que o déficit da presença feminina nas instituições políticas é reconhecido por parte dos candidatos e candidatas, que propõem a sua inserção em cargos do governo. No entanto, a ocupação do espaço público como um todo ficou restrita a uma única citação no plano da chapa Lula-Alckmin. Isso nos sinaliza que a falta de mulheres na esfera pública da vida ainda não é vista como problemática a ser solucionada, necessitando de políticas voltadas a sua inserção, ou então é silenciada, nem sendo citada em alguns dos planos analisados. Este silenciamento condiz com

a divisão sexual do trabalho, em que a esfera pública é destinada aos homens, que têm atributos como a racionalidade, essenciais nestes espaços, enquanto a mulher, emocional e frágil, continua responsável pela esfera privada da vida, que inclui a família e o lar.

Por conseguinte, percebemos ainda que grande parte dos programas políticos utilizam saberes de opinião tanto para produzir os imaginários quanto para mobilizá-los na elaboração de suas propostas. Saberes estes que, por sua vez, são baseados nas opiniões de um sujeito, sendo ao mesmo tempo pessoal e social, resultante do julgamento de um ser específico e construído a partir daquilo que circula na sociedade (CARNEIRO, PROCÓPIO, 2018). Assim, podemos supor que isso seja derivado da falta de mulheres e de outros grupos minoritários na fabricação dos planos de governo, que utilizam a visão de mundo daqueles que já ocupam posições na política brasileira e têm condições de expor opiniões e demandas na sociedade.

As propostas, por fim, tendem a seguir os vieses ideológicos dos partidos, buscando a credibilidade dos eleitores ideais para cada um. Os candidatos de esquerda mobilizam imaginários de liberdade de escolha da mulher e maior apoio do Estado, além de romper com os aspectos da feminilidade ideal. Em contrapartida, os candidatos direitistas silenciam questões como a interseccionalidade e a estrutura patriarcal que mantém as desigualdades de gênero, elaborando propostas que mantêm imaginários da mulher mãe, que cuida do lar e ainda equilibra o trabalho remunerado, ao mesmo tempo que não problematiza as causas de questões como a desigualdade salarial e a violência de gênero.

Enquanto isso, candidatos de centro, mobilizam imaginários conservadores ou progressistas de forma mais branda, evitando medidas radicais ao mesmo tempo em que defendem as pautas de seus eleitores ideais. Isso evidencia-se em planos que defendem a garantia de direitos às mulheres, maior igualdade e liberdade, e que, simultaneamente, propõem políticas de menor intervenção estatal na economia, por exemplo.

6. REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2018. 252 p. ISBN 9788575596043.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2015. 168 p. ISBN 9788575593967.

CARNEIRO, A. C. S.; PROCÓPIO, M. R. Os imaginários sociodiscursivos das pessoas em situação de rua através dos relatos do projeto SP invisível. **Anagrama**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2018.145629. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/145629>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Traduzido por Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. 328 p. ISBN 8572443185.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017

DINIZ, A. P. R. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: Alexandre de Pádua carrieri; Juliana Cristina Teixeira; Mauro César Ribeiro Nascimento. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v., p 1-367.

GODINHO, Isac Oliveira. **Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GONZALEZ, Lélia, Racismo e sexismo na cultura brasileira, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. As políticas sociais nos planos de governo dos presidentes 2018 no Brasil e a mídia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, p. 339-355, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de discurso. In: _____ (org.) **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 23-33.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 11-20.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 6 jun. 2022

TAROUCO, G. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 106, p. 133-133, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/205986>. Acesso em: 18 fev. 2023.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i1.84786. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84786>. Acesso em: 30 maio. 2022.

VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 30 maio. 2022.